



POLÍTICA OPERÁRIA

Novo salário mínimo de R\$ 1.621,00 não dá para nada!

Lutemos por um salário mínimo vital que cubra todas as necessidades da família trabalhadora!

O novo salário mínimo para 2026 decretado pelo governo Lula, com apoio de todos os partidos de oposição burguesa no Congresso, entrou em vigor no dia 1º de janeiro. Foi de R\$ 1518,00 para R\$ 1.621,00. Um reajuste de apenas 6,79%. Segundo o IBGE, cerca de 35% dos trabalhadores assalariados recebem até 1 salário mínimo por uma jornada de trabalho. E cerca de 60 milhões de brasileiros têm sua renda referenciada no salário mínimo (trabalhadores formais, domésticas, autônomos, aposentados e beneficiários do INSS).

O novo salário mínimo condena os trabalhadores à miséria. Passa longe de atender as necessidades básicas das famílias como: alimentação, vestuário, aluguel, água, luz, internet, lazer etc. Segundo o DIEESE, o salário mínimo para manter

uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 7.177,57.

As centrais sindicais, como a CUT, não organizam qualquer luta pelo aumento do salário mínimo, porque apoiam o governo. O governo Lula e a oposição burguesa liderada pelo PL de Bolsonaro aprovam e estão de acordo que o salário mínimo continue uma miséria, porque representam os interesses dos patrões, dos empresários que financiam suas campanhas eleitorais. Por isso, entra governo e sai governo e o salário mínimo continua uma miséria.

Está aí por que a classe operária e demais trabalhadores não devem ter nenhuma ilusão nas eleições, nem nos partidos da burguesia, sejam de direita, ultradireita, ou os ditos de esquerda. Devemos

acreditar apenas em nosso método próprio de luta que são a greve, a ação direta e coletiva, para impor ao governo e aos patrões nossas reivindicações.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, chama os operários e operárias a exigir que as centrais e sindicatos rompam com o governo burguês de Lula e convoquem assembleias gerais em todos os setores, para aprovar um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral, para colocar fim ao salário mínimo de fome e defender: um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades da família trabalhadora; emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salários; colocar abaixo as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a Lei da Terceirização.

Eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC Reconstituir as eleições diretas para a direção do sindicato

Construir uma direção de luta, classista e revolucionária, independente dos patrões e dos governos burgueses, uma direção que defenda a soberania das assembleias e lute pelas reivindicações por meio da ação direta, das greves, ocupações e manifestações de rua

Em assembleia realizada no dia 29 de janeiro, foi aprovado o calendário da eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC, que acontecerá em 46 empresas da base. Até 1999 a forma de organização dos trabalhadores no chão de fábrica se dava através da Comissão de Fábrica e da CIPA. A eleição para a direção do sindicato era realizada de forma direta, em apenas um turno de votação, ou seja, os operários em todas as fábricas podiam conformar chapas para participar da eleição para a direção do sindicato. A partir de 1999, a burocracia sin-

dical criou, em acordo com a patronal, o CSE (Comitê Sindical de Empresa), anulando a função da Comissão de Fábrica e da CIPA. Com a criação do CSE, a eleição para a direção do sindicato passou a ser indireta.

A realização da eleição dos CSEs está prevista para 3 e 4 de março. E nos dias 14 e 15 de abril se fará um referendo da chapa única. Essa forma indireta foi montada para impedir que uma oposição venha a lutar contra a burocracia e arrancá-la da direção do sindicato. A eleição indireta é a forma de per-

Participe do

ENCONTRO OPERÁRIO

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

14/3 • 17h
Presencial



petuar a camarilha que tomou conta do sindicato, eliminou a assembleia como órgão soberano de decisão coletiva, acabou com a campanha salarial, negociou acordos de demissão, de redução salarial e de eliminação de direitos trabalhistas.

O Sindicato Metalúrgico do ABC, que no passado serviu de canal de mobilização em defesa das reivindicações operárias, se tornou um pilar do sindicalismo de colaboração de classes e de subordinação dos sindicatos à política burguesa montada pelo governo Lula, PT e aliados.

O Boletim Nossa Classe há muito vem combatendo a política de conciliação e os acordos antiope-
rários da burocracia sindical, lutando pela restituição das eleições diretas e pela soberania da assembleia geral. Mais uma vez, está posta a rejeição à fraude eleitoral. Existe o descontentamento dos metalúrgicos na base, mas é necessário transformar o descontentamento e revolta dos operários em organização, construindo as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias.

A partir da década de 1990, com a política de colaboração e acordos sem luta, a patronal - com o apoio da burocracia sindical - tem conseguido demitir e retirar direitos

conquistados com muita luta pelos metalúrgicos. A burocracia sindical passou a dizer que não é mais necessário fazer greves, que tudo pode ser resolvido através das negociações entre quatro paredes e do “diálogo”.

O resultado dessa política de conciliação tem sido nefasto para os metalúrgicos do ABC. A cada novo acordo feito pela direção pelega do sindicato com a patronal são destruídos postos de trabalho e retirados direitos. A famigerada terceirização passou a ser defendida pela direção do sindicato e, com isso, a patronal demite os operários efetivos e contratam empresas terceirizadas que pagam salários de miséria e nenhum direito. Na Volks, por exemplo, em 2.000 havia mais de 24 mil trabalhadores efetivos. Atualmente, existem apenas 6 mil operários efetivos.

O Boletim Nossa Classe chama as operárias e operários a votar NULO como forma de rejeitar a fraude da eleição indireta, a política de conciliação e traição da direção pelega. Chamamos os metalúrgicos do ABC a votar NULO e levantar a bandeira de eleições diretas, tendo por base o programa próprio de reivindicações, o método da ação direta e a organização independente em

relação aos padrões e governos burgueses. Porém, não basta votar NULO. Chamamos a votar NULO e trabalhar para construir as comissões de fábricas de luta, classistas e revolucionárias em todas as fábricas, para defender:

1. Fim da escala 6x1;
2. Efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização;
3. Um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora (segundo o DIE-ESE, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.177,57);
4. Defender emprego a todos, lutando pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho);
5. Contra o fechamento de fábricas, aprovar a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção. Defender a estatização, sem indenização e sob o controle operário das fábricas que ameaçam fechar ou demitir;
6. Defender um sindicato que se coloque a serviço da luta pelo fim da exploração da força de trabalho, pela destruição do capitalismo por meio da revolução social e a construção do socialismo.

Formação Política do Nossa Classe

A democracia burguesa é a ditadura de classe da burguesia (patrões) sobre a maioria explorada

Para Karl Marx, sob o capitalismo, a democracia funciona como uma “máscara”, que disfarça o fato de que a burguesia (patrões) tem o controle total e violento sobre a sociedade. O Estado não é um árbitro neutro que media conflitos entre cidadãos. Na sociedade capitalista, que está dividida em classes, o Estado serve aos interesses da classe dominante que é a burguesia. Como a burguesia é dona dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras...) o Estado capitalista existe para proteger a propriedade privada e manter a exploração dos trabalhadores.

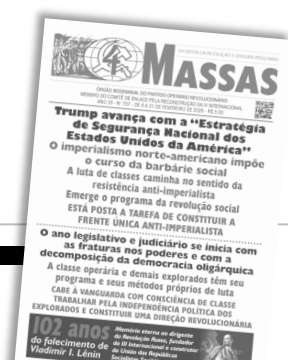
Todo governo burguês expressa a ditadura de classe da burguesia. Isso porque, independentemente das eleições e liberdades civis, a

burguesia dita as regras do jogo econômico, molda a legislação a seu favor e usa o aparato repressivo (polícia, justiça) para reprimir e conter a luta dos explorados. Basta ver a repressão e prisões que fez o Estado diante da recente greve dos petroleiros, trabalhadores dos correios e outras categorias.

Para Marx, a democracia burguesa é limitada e formal. Ela dá direitos formais (como votar), mas nega as condições materiais para que a maioria explorada (o proletariado) viva com dignidade. Por isso, não se coloca fim ao Estado burguês e à ditadura de classe da burguesia por meio das eleições, votando nesse ou naquele candidato.

Somente construindo seu pró-

prio partido, operário e revolucionário, o proletariado e demais explorados poderão, por meio da revolução social, colocar fim ao Estado burguês e suas instituições, e constituir nosso próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado - instrumento para a maioria explorada exercer o poder político, reprimir a minoria exploradora (a burguesia) e transicionar para uma sociedade sem classes (o comunismo), quando o Estado perderá sua função de repressão e, consequentemente, desaparecer.



Leiam e divulguem o **Jornal Massas**. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a dar todo apoio ao Jornal Massas!**